

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI 14.133/2021 E NORMATIVOS INFRALEGAIS

Objeto: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADES SOCIAIS APÓS AVALIAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente licitação tem por objeto a *contratação de empresa aquisição de materiais de construção*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unid	Qtde	Val or unit ário	Valor Total
1	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-F); COMPOSTO COM FILER; COM RESISTENCIA DE 32 MPA; FAIXA DE PORCENT. EM PESO DE CLINQUER+SULF.CALCIO 94-90%; C/ FAIXA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL CARBONATICO DE 6-10%; EMBALAGEM EM SACOS; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE RESIDUO INSOLUVEL MENOR OU IGUAL A 2,5%; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE PERDA AO FOGO MENOR OU IGUAL A 6,5%; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE OXIDO DE MAGNESIO MENOR OU IGUAL A 6,5%; LIMITE DE PORCENTAGEM DE TRIOXIDO DE ENXOFRE MENOR OU IGUAL A 4%; LIMITE DE PORCENTAGEM DE ANIDRIDO CARBONICO MENOR OU IGUAL A 5%; COM LIMITE DE TEMPO DE FIM DE PEGA MENOR OU IGUAL A 10 HORAS; LIMITE DE EXPANSIBILIDADE A	SC	720		

	FRIO/QUENTE MENOR OU IGUAL A 5 MM; LIMITE DE TEMPO DE INICIO DE PEGA MAIOR OU IGUAL A 1 HORA; NORMATIZACAO CONFORME NBR 11578, EB-208, MB-1153, ETC, RESISTENCIA DE 32 MPA, SACO DE 50KG				
2	CAL HIDRATADO; COMPOSTO DE CALCAREO TIPO CH-1; COM PLASTICIDADE MAIOR OU IGUAL A 110; ESPECIFICACAO DE ACORDO COM A NBR 7175, sc 20kg	sc	765		
3	AREIA GROSSA; COMPOSTO DE AREIA NATURAL; C/ % EM PESO NAS PENEIRAS 6,3 MM (0 A 7%), 1,2MM(30 A 70%), 0,15MM(90 A 100%); COM MODULO DE FINURA DE 1,99; COM LIMITE DE % DE TORROES DE ARGILA IGUAL A 1,5%; COM LIMITE DE MATERIAL CARBONATICO IGUAL A 0,5% (CONCRETO APAR.) E 1% (DEMAIS CONCRETOS); C/LIMITE DE MAT.PULV. EM CONC.SUBMETIDO A DESGASTE SUPERFICIAL DE 3% E DEMAIS CONCRETOS DE 5%; COMPOSTO DE GRAOS	MET ROS	153		
4	AREIA; FINA; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. NOCIVO IGUAL A 1,5%; C/LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. CARBONOSOS IGUAL A 1%; C/LIMITE DE % DE MAT. PULVERULENTOS IGUAL A 5%; A AREIA SERA FORNECIDA C/NOME DO PRODUTOR,VOL.AP., AGUA DOCE	MET ROS	189		
5	BLOCO CERAMICO DE VEDACAO; MEDINDO 9 X 19 X 19 CM (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO	UNID ADE	72.000		

	PARA VEDACAO, TIPO BAIANO; 08 FUIROS; USO EM CONSTRUCAO, USO REVESTIDO; CONFORME CONFORME NBR15270-1;				
6	TIJOLO MACICO CERAMICO PARA ALVENARIA; MEDINDO (5X10X20)CM=(AXLXC); TIPO COMUM, FABRICADO CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;	UNID ADE	72.000		
7	BARRA MACICA METAIS FERROSOS; DE ACO TIPO CA-50; NO FORMATO SECAO CIRCULAR (REDONDA); DO TIPO VERGALHAO; MEDINDO 5/16" DE DIAMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO NERVURADO; PARA SER UTILIZADA EM CONFORME NORMA NBR/ABNT 7480;	UNID ADE	360		
8	BATENTE EM MADEIRA 13 X 3 CM - 90 X 210 CM	UNID ADE	90		
9	TELHA EM CIMENTO REFORCADO COM FIO SINTETICO(CRFS) TIPO ONDULADA; MEDINDO (2,44 M X 1,10M X 6MM); CONFORME NBR 5640,5639,8055	UNID ADE	135		
10	TELHA EM CIMENTO REFORCADO COM FIO SINTETICO(CRFS);TIPO ONDULADA; MEDINDO (3,66MX1,10MX6MM); CONFORME NBR 5640,5639,8055	UNID ADE	135		
11	PORTA DE MADEIRA; DE IMBUIA; MEDINDO 2,10 X 0,80 M;COM ESP. DE 35 MM; LISA, SEMI OCA; LIXADA.	UNID ADE	135		
12	PORTA LAMINADA MEDINDO (2,10 X 0,80)M	UNID ADE	45		
13	PEDRA BRITADA; NUMERO 01, FINA ; PONTIAGUDO ; QUE PASSA NA PENEIRA 12,5 MM E FICA RETIDA NA PENEIRA 4,75	MET ROS	180		

	MM NOS PERCENTUAIS DA NM 248 ; PENEIRA UTILIZADA SERIE INTERMEDIARIA ; PARA UTILIZACAO NA FABRICACAO DE CONCRETO ; CONFORME NBR 7211 E NM 248 ;				
14	ARAME, RECOZIDO, NUMERO 18 BWG, COM DIAMETRO DE 1,24MM OU DE 1,25MM	KG	45		
15	GUARNIÇÃO PARA PORTA DE MADEIRA 210X0,90X5 CM	UNID ADE	72		
16	BARRA CHATA; DE AÇO CARBONO; MEDINDO 3/8" X 1/8" (9,52 X 3,17 MM); PARA SER UTILIZADA EM SERVIÇOS DE SERRALHARIA; COMPRIMENTO DE 6,0 METROS.	UNID ADE	45		
17	BARRA DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL 1/2".	UNID ADE	45		
18	FECHADURA INTERNA - PARA BANHEIRO	UNID ADE	45		
19	TELA SOLDADA PARA CONCRETO; FABRICADA EM AÇO CA 60, TELA Q92; MEDINDO 6 M ²	UNID ADE	45		
20	TUBO PVC MR 1/2" - BARRA DE 06 METROS	UNID ADE	90		
21	REVESTIMENTO CERÂMICO PISO ESMALTADO PEI 4 - 45 X 45 CM	MET ROS	180		
22	TUBO ESGOTO PVC 4"	UNID ADE	45		
23	TUBO DE PVC 50 MM - BARRA DE 06 METROS	UNID ADE	45		
24	BARRA DE AÇO TIPO VERGALHÃO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, CA 50 - 3/16 - BARRA 6 MTS	UNID ADE	45		
25	TORNEIRA METAL RETA CANO CURTO 1/2"	UNID ADE	45		
26	TORNEIRA METAL RETA CANO CURTO 3/4"	UNID ADE	45		
27	TORNEIRA METAL RETA CANO LONGO 3/4"	UNID ADE	45		
28	TUBO DE PVC 100 MM - BARRA	UNID	45		

	06 METROS	ADE			
29	FECHADURA DE EMBUTIR EM ACO, INTERNA, MACANETA ALAVANCA, CROMADA	UNID ADE	90		
30	ARMAÇAO DE ACO, TRELICA, CA60, H8, COMPRIMENTO DE 6 METROS	UNID ADE	90		
31	CAIXA DAGUA EM PVC COM CAPACIDADE 250 LITROS COM TAMPA	UNID ADE	14		
32	CAIXA DAGUA EM PVC COM CAPACIDADE 500 LITROS COM TAMPA	UNID ADE	14		
33	ARMAÇAO DE ACO, TRELICA, CA60, H12, COMPRIMENTO DE 6 METROS	UNID ADE	45		
34	ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO 3,6 KG	GL	90		
35	BARRA DE APOIO EM INOX MEDIDA 70CM	UNID ADE	45		
36	CONJUNTO DE VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA COM LAVATÓRIO E COLUNA	UNID ADE	45		
37	FORRO DE MADEIRA (PINUS) MEDINDO 3Mx15CMx10MM (COM Px LARG x ESP) NA COR NATURAL	MET ROS	180		
38	VENEZIANA FERRO - 1,50 X 1,00 M	UNID ADE	45		
39	JANELA DE FERRO TIPO VITRAUX - BASCULANTE 0,80 X 0 60 M	UNID ADE	45		
40	ADESIVO PARA COLAR; A BASE DE SOLVENTE ORGÂNICO, RESINAS SINTÉTICAS, BORRACHAS TERMOPLÁSTICAS E ADITIVOS; APRESENTADO NA FORMA DE LÍQUIDO VISCOSO, COR TRANSPARENTE (INCOLOR) OU COR ALUMÍNIO, TIPO VEDA CALHA; PARA VEDAÇÃO DE CALHAS, TELHAS, RUFOS, PINGADEIRAS GALVANIZADAS, SELANTE PARA MADEIRA, METAL, FIBROCIMENTO;	BG	45		

	ACONDICIONADO EM TUBO OU BISNAGA, PRODUTO VEDANTE QUE DISPENSA USO DE SOLDA, VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA;				
41	CAIBRO 5 CM X 5 CM COM 3 METROS	UN	90		
42	SARRAFO DE CEDRINHO 5 X 2 COM 3 METROS	UN	450		
43	REJUNTE; DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS MINERAIS, PIGMENTOS INORGANICOS, POLIMEROS E ADITIVOS; TIPO II; PARA ABSORVER DILATAÇÕES TERMICAS, JUNTAS DE 2 A 10 MM; EMBALADO EM SACO PLASTICO 1 KG; CONFORME NBR 14992;CORES DIVERSAS.	KG	90		
44	ARGAMASSA COLANTE PARA PISO CERÂMICO, SACO 20 KG	SC	90		
45	BLOCO CERAMICO DE VEDACAO; 09 X 14 X 19 (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDACAO, TIPO BAIANO; 06 FUIROS; USO EM CONSTRUCAO, USO REVESTIDO; CONFORME CONFORME NBR15270-1;	UN	4500		
46	PORTA DE MADEIRA; DE IMBUIA; MEDINDO 2,10 X 0,70 M;COM ESP. DE 35 MM; LISA, SEMI OCA; LIXADA.	UN	45		
47	TÁBUA DE PINUS PARA CAIXARIA, MEDIDA 30 CM 3 MTS	UN	90		
48	TELHA CUMEEIRA 3 VIAS DE CERÂMICA	UN	450		
49	CURVA 90 PVC 40 MM	UN	90		
50	TELHA CERAMICA TIPO PORTUGUESA MED. 41 x 23 cm	UN	1800		
51	PEDRA BRITADA NUMERO 1/2, PARA SER UTILIZADA EM CONCONSTRUÇÃO, PONTIAGUDA, CONFORME	M3	189		

	NBR Nº 7217, FORNECIDO EM METRO CUBICO				
52	FORRO DE PVC - 7MT- 1.40 - BRANCO , LARG: 20 - ESP: 8MM	M	100		

1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 462.874,00(Quatrocentos e sessenta e dois reais e oitocentos e setenta e quatro reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela anexo.

1.3.2. Os produtos objeto desta contratação:

1.3.2.1. (x) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.3.2.2. (x) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

Por meio do Fundo Social de Solidariedade a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Tarumã atende em média 10 munícipes mensalmente através do projeto Melhoria Habitacional . Estes são indivíduos de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade , que necessitam de auxílio para melhoria habitacional, se enquadram no perfil para receberem melhorias, as moradias com pouca iluminação, por falta de janelas ou com banheiros em condições precárias; pias de cozinha quebradas ou a falta delas; tetos e paredes com infiltração de água, goteiras, vazamentos; falta de acessibilidade, quando o morador possui necessidades especiais de mobilidade; entre outras questões sociais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar , apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1 Devido à possibilidade da necessidade de execução do serviço ocorrer em diversos endereços a entrega deverá ser feita no endereço mencionado no empenho.

4.2 - A empresa deverá realizar a entrega no endereço indicado solicitando a assinatura por extenso do recebedor.

4.3 - O serviço deverá ser prestado conforme necessidade da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, no prazo de até 3 dias úteis após recebimento de empenho.

4.4 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

4.5 Ademais, a Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, bem como aos dispostos na Lei nº 14.133/2021, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.6 Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

5. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preço, *por conta da natureza do objeto não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.*

5.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal XXXX, de XX de fevereiro de 2024, sendo o valor referencial ser inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o presente processo será de participação exclusiva para ME/EPP com preferência para ME/EPP sediadas localmente em Tarumã/SP [OU] sendo o valor referencial ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.1. O prazo para início da execução dos serviços será de forma IMEDIATA a contar a partir da autorização do fiscal do contrato

6.2 O serviço deverá ser prestado conforme necessidade da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, no prazo de até 3 (três) dias uteis após recebimento de empenho

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

- 7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;
- 7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.
- 7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
 - 7.1.5.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
 - 7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.1.6. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

- 7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 7.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 7.2. São obrigações da Contratante:
- 7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;
- 7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.
- 7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.
- 7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
- 7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos,

esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.2.6. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica a servidora pública municipal, Sra. Edna Cristina da Silva portadora da Cédula de Identidade (RG) nº.45.789.006-x i SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 352.913.728-69, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

7.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.3.2. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.3.4. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.5. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.3.6. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.7. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

7.3.8. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.9. Os equipamentos entregues deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no edital.

7.3.10. Todos os bens deverão estar acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes a identificação, à marca do respectivo fabricante, a data de fabricação e ao prazo de validade, no caso de materiais sujeitos à deterioração.

7.3.11. A contratada deverá no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de

sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

8.1.9. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos produtos.

8.1.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou por indivíduo autorizado.

8.1.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.1.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, e modo de disputa ABERTO/FECHADO, utilizando do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de

2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

8.2.5. Qualificação Técnica

8.2.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 462.874,00(Quatrocentos e sessenta e dois reais e oitocentos e setenta e quatro reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima, assim como no Mapa de Preços anexo II do Estudo Técnico Preliminar.

9.2. Para o preço de referencia, é utilizado o cálculo da média aritmética simples, considerando os valores avaliados como válidos, excluindo os preços excessivamente elevados e os considerados inexequíveis de acordo com o Mapa de Preços anexo II do Estudo Técnico Preliminar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária: Exercício 2024/2025
Unidade Orçamentária: 02.08 Secretaria Municipal de Assistência Social -Projeto /
Atividade: 08.244.0030.2085 Melhoria Habitacional; Classificação econômica
3.3.90.32 - Material Bem ou serviço. P. distribuição gratuita.



Tarumã, 03 de Setembro de 2024.

Edna Cristina da Silva
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de Tarumã